

Projudi - Processo Eletrônico do Judiciário do Roraima

Início   Ações 1º Grau   Ações 2º Grau   Parecer   Citações   Intimações   Audiências   Sessões 2º Grau   Buscas   Estatísticas   Outros

Operação realizada com sucesso. Protocolo:  
2996805420210303163919

Processo 0808900-92.2020.8.23.0010 ☆ - (350 dia(s) em tramitação)

Classe Processual: 7 - Procedimento Ordinário  
Assunto Principal: 9597 - Seguro  
Nível de Sigilo: Público

Informações Gerais	Informações Adicionais	Partes	Movimentações	Apensamentos (0)	Vínculos (0)
<div>Realces</div> <div>Realçar Movimentos de: <input type="checkbox"/> Magistrado <input type="checkbox"/> Servidor <input type="checkbox"/> Advogado <input type="checkbox"/> Membro MP <input type="checkbox"/> Defensor <input type="checkbox"/> Procurador <input type="checkbox"/> Outros <input type="checkbox"/> Audiência</div> <div>Ocultar Movimentos: <input type="checkbox"/> Inválidos <input type="checkbox"/> Sem Arquivo <input type="checkbox"/> Hab. Provisória</div>					
<div>Filtros</div> <div>Movimentado Por: <input type="checkbox"/> Advogado <input type="checkbox"/> Advogado NPJ <input type="checkbox"/> Entidades Remessa <input type="checkbox"/> Magistrado <input type="checkbox"/> Procurador <input type="checkbox"/> Servidor</div> <div>Sequencial(Intervalo): <input type="text"/> ao <input type="text"/> Data do Movimento(Período): <input type="text"/> à <input type="text"/></div> <div>Descrição: <input type="text"/></div>					
72 registro(s) encontrado(s), exibindo de 1 até 72				500 por pág. ▾	1
Seq.	Data	Evento		Movimentado Por	
<input type="checkbox"/>	72	03/03/2021 16:39:19	<b>JUNTADA DE PETIÇÃO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO</b> Cumprimento de intimação - Referente ao evento JULGADA PROCEDENTE EM PARTE A AÇÃO (11/02/2021)	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO <b>Procurador</b>	
	72.1 Arquivo: Petição	Ass.: JOAO ALVES BARBOSA FILHO	⌵ Apelao.pdf	Público	
	72.2 Arquivo: Anexo 1	Ass.: JOAO ALVES BARBOSA FILHO	⌵ Anexo 1.pdf	Público	
<input checked="" type="checkbox"/>	71	23/02/2021 10:02:36	<b>EXPEDIÇÃO DE LEVANTAMENTO DE HONORÁRIOS PERICIAIS</b> Referente ao evento (seq. 65) JULGADA PROCEDENTE EM PARTE A AÇÃO(11/02/2021 15:53:30). Identificador do Cumprimento: 0004	Dorgivan Costa e Silva <b>Analista Judiciário</b>	
<input checked="" type="checkbox"/>	70	19/02/2021 10:37:35	<b>JUNTADA DE CERTIDÃO</b>	Dorgivan Costa e Silva <b>Analista Judiciário</b>	
	69	18/02/2021 11:12:33	<b>LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA</b> (Pelo advogado/curador/defensor de MANOEL DE SOUZA representado(a) por JOSELENE DA SILVA) em 18/02/2021 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 65) JULGADA PROCEDENTE EM PARTE A AÇÃO (11/02/2021) e ao evento de expedição seq. 66.	Wallyson Barbosa Moura <b>Advogado</b>	
	68	15/02/2021 11:40:46	<b>LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA</b> (Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A) em 18/02/2021 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 65) JULGADA PROCEDENTE EM PARTE A AÇÃO (11/02/2021) e ao evento de expedição seq. 67.	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO <b>Procurador</b>	
	67	12/02/2021 10:25:03	<b>EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO</b> Para advogados/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento (seq. 65) JULGADA PROCEDENTE EM PARTE A AÇÃO (11/02/2021)	PRISCILLA RODRIGUES MARQUES <b>Analista Judiciária</b>	
	66	12/02/2021 10:25:03	<b>EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO</b> Para advogados/curador/defensor de MANOEL DE SOUZA representado(a) por JOSELENE DA SILVA com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento (seq. 65) JULGADA PROCEDENTE EM PARTE A AÇÃO (11/02/2021)	PRISCILLA RODRIGUES MARQUES <b>Analista Judiciária</b>	
<input checked="" type="checkbox"/>	65	11/02/2021 15:53:30	<b>JULGADA PROCEDENTE EM PARTE A AÇÃO</b>	DANIEL DAMASCENO AMORIM DOUGLAS <b>Magistrado</b>	
	64	08/02/2021 10:03:26	<b>CONCLUSOS PARA SENTENÇA</b> Responsável: DANIEL DAMASCENO AMORIM DOUGLAS	HEBER AUGUSTO NAKAUTH DOS SANTOS <b>Analista Judiciário</b>	
<input checked="" type="checkbox"/>	63	08/02/2021 10:01:04	<b>RECEBIDOS OS AUTOS</b> Recebido do(a) MINISTÉRIO PÚBLICO	HEBER AUGUSTO NAKAUTH DOS SANTOS <b>Analista Judiciário</b>	
<input checked="" type="checkbox"/>	62	04/12/2020 08:33:59	<b>LEITURA DE OFÍCIO REALIZADA</b> OFÍCIO lido em 03/12/2020 - Referente ao evento de expedição (seq. 60) EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO (26/11/2020 11:36:31)	ISABELLE CAMPELO BESSA <b>Estagiária</b>	
<input checked="" type="checkbox"/>	61	03/12/2020 11:25:16	<b>JUNTADA DE INFORMAÇÃO</b>	DANYELE BEATRIZ CAVALCANTE DE OLIVEIRA <b>Estagiária</b>	
<input checked="" type="checkbox"/>	60	26/11/2020 11:36:31	<b>EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO</b> Referente ao evento (seq. 59) PROFERIDO DESPACHO DE MERO	Rodrigo Bezerra Delgado	



EXMO SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA/RR

Processo n. 08089009220208230010

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representadas, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **MANOEL DE SOUZA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, apresentar seu **RECURSO DE APELAÇÃO**, o que faz consubstanciado nas razões anexas, requerendo seu regular processamento e ulterior envio à Câmara Cível.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

BOA VISTA, 22 de fevereiro de 2021.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/RR 451-A**

**SIVIRINO PAULI**  
**101-B - OAB/RR**

PROCESSO ORIGINÁRIO DA 6ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA / RR  
Processo n.º 08089009220208230010  
APELANTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A  
APELADA: MANOEL DE SOUZA

## RAZÕES DO RECURSO

COLEDA CÂMARA,  
INCLÍTOS JULGADORES,

A sentença proferida no juízo “a quo” merece ser reformada, pois a matéria foi examinada em desconformidade com a legislação em vigor e as provas constantes dos autos e fundamentada em afronta as normas legais aplicáveis.

### BREVE RELATO DOS FATOS

Cuida-se o feito de ação de cobrança de seguro DPVAT, em que o recorrido, alega na peça vestibular ter sofrido acidente de trânsito em 15/07/2019.

Aduz ainda, que, em razão do sinistro noticiado nos autos é portador de invalidez permanente, tendo se submetido a exame pericial.

Por fim, em razão da suposta invalidez adquirida, o recorrido, ajuizou a presente lide pleiteando verba indenizatória do Seguro DPVAT.

Entendeu o Nobre Juiz *a quo*, em acolher parcialmente o pedido inicial, ultrapassando todas as teses lançadas na defesa da Demandada, assim, julgou a lide parcialmente procedente, em desfavor da Recorrente, condenando-a a indenizar a parte Apelada, a título de seguro DPVAT, nos seguintes termos:

Ante o exposto, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido contido na inicial, nos termos do art. 487, I do CPC, extinguindo o processo com resolução de mérito, para condenar a parte demandada ao pagamento de R\$ 4.725,00 (quatro mil, setecentos e vinte e cinco reais), com juros de um por cento a partir da citação (Sum. 426 do STJ) e correção monetária a partir do evento danoso (Sum. 580 do STJ), pelo índice oficial do TJRR.

Condeno, ainda, a parte ré ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes fixados em 10% (dez por cento) do valor da condenação.

*Data vênica*, não houve com o habitual acerto o Ilustre Magistrado *a quo*, pois, conforme se passa a demonstrar, a r. Decisão não guarda sintonia com as questões de fato e de direito ventiladas nos autos.

### DA AUSÊNCIA DE MANIFESTAÇÃO DO MP – INTERESSE DE INCAPAZ

É irrefutável, que nos casos em que há interesses de incapazes sendo discutido em determinada demanda, deve ser aberto vista ao Ministério Público, órgão fiscalizador da Lei, para que se pronuncie sobre a necessidade de sua intervenção.

Cumprido informar, no caso dos autos, a autora é incapaz, e figura representado por sua curadora, contudo, não se observa menção a este respeito na sentença prolatada.

Urge ressaltar, a necessidade da prática deste ato, de INTERVENÇÃO do MP, não por uma faculdade, mas um comando imposto pelo Código de Processo Civil, que traz inclusive, quando ausente tal intervenção, uma possibilidade do reconhecimento de uma nulidade.

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
www.joaobarbosaadvass.com.br

Ante a patente necessidade do parecer do Ministério Público para fins de atender ao disposto nos artigos 178, II c/c 279 do CPC.

#### DA IRREGULARIDADE DE REPRESENTAÇÃO

Cumpre informar que mediante análise dos autos verifica-se que **há uma irregularidade na procuração juntada ao autos uma vez que não faz referência ao embargado, curatelado, em nenhum momento vejamos:**

Eu, Joseline da Silva,  
brasileiro (a), batista, de Jar, portador (a) do RG  
nº 81459, inscrito (a) no CPF sob o nº 446.798.582-49  
residente e domiciliado (a) na Av. Com. Itai de Teise, nº  
8347, Bairro Itiorada, Boa Vista-RR, CEP  
69317-182, telefone nº (95) 99136-5638, por este  
instrumento particular de procuração nomeia o Advogado

A sr. Joselene da Silva e a curadora do embargado porem não há essa informação na procuração.

Neste sentido é importante consignar que referido documento é de suma importância a esses autos, eis que, para que a representação das partes seja válida é necessária à outorga de mandato.

Diante do exposto, em face da irregularidade na representação processual da parte embargada requer intimação da mesma para sanar o vício ora anunciado.

#### CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, confia a Apelante no alto grau de eficiência desse Egrégio Tribunal de Justiça, a fim de que seja reformada a r. sentença proferida pelo MM. Juiz "a quo", dando provimento ao presente recurso, para:

A intimação do Ministério Público para fins de atender ao disposto nos artigos 178, II c/c 279 do CPC.

Pede Deferimento,

BOA VISTA, 22 de fevereiro de 2021.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/RR 451-A**

**SIVIRINO PAULI**  
**101-B - OAB/RR**

## SUBSTABELECIMENTO

**JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/CE 27.954-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINÉ MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado **SIVIRINO PAULI**, inscrito na **101-B - OAB/RR** os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCÍOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **MANOEL DE SOUZA**, em curso perante a **6ª VARA CÍVEL** da comarca de **BOA VISTA**, nos autos do Processo nº 08089009220208230010.

Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 2021.



JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/RR 451-A

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINÉ MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819



86690000000-5 49910574106-4 02021031000-7 10210058434-5

## GUIA DE ARRECADAÇÃO JUDICIÁRIA

Órgão: <b>FUNDO ESPECIAL DO PODER JUDICIÁRIO DE RORAIMA</b>	CNPJ: <b>05.741.060/0001-89</b>	Agência: <b>3797-4</b>	Conta: <b>51669-4</b>	Valor do Documento: <b>R\$ 49,91</b>	Vencimento: <b>10/03/2021</b>
Córcula: <b>BOA VISTA</b>	Nº G.A.J.: <b>010.21.0058434</b>	Valor da Causa: <b>R\$ 13.500,00</b>	Processo: <b>0808900-92.2020.8.23.0010</b>		
Contribuinte: <b>Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvt S/a</b>				CPF/CNPJ: <b>09.248.608/0001-04</b>	

Autenticação Mecânica



86690000000-5 49910574106-4 02021031000-7 10210058434-5

## GUIA DE ARRECADAÇÃO JUDICIÁRIA

Órgão: <b>FUNDO ESPECIAL DO PODER JUDICIÁRIO DE RORAIMA</b>	CNPJ: <b>05.741.060/0001-89</b>	Agência: <b>3797-4</b>	Conta: <b>51669-4</b>	Valor do Documento: <b>R\$ 49,91</b>	Vencimento: <b>10/03/2021</b>
Córcula: <b>BOA VISTA</b>	Nº G.A.J.: <b>010.21.0058434</b>	Valor da Causa: <b>R\$ 13.500,00</b>	Processo: <b>0808900-92.2020.8.23.0010</b>		
Contribuinte: <b>Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvt S/a</b>				CPF/CNPJ: <b>09.248.608/0001-04</b>	

Descrição das receitas

01. APELAÇÃO
02. Taxa Judiciária II

Valor R\$  
R\$ 19,91  
R\$ 30,00

OBS.:  
PAGÁVEL EM QUALQUER AGÊNCIA BANCO DO BRASIL OU PAP – CORRESPONDENTE BANCO DO BRASIL  
CASO A PARTE SEJA AMPARADA POR SIGILO PROCESSUAL, O CONTRIBUINTE DEVERÁ PROVAR, OBRIGATORIAMENTE,  
NO PROCESSO DE ORIGEM DESTA PAGAMENTO, AS INFORMAÇÕES DE QUITAÇÃO DESTA GUIA COM A JUNTADA DE  
COMPROVANTE BANCÁRIO CONTENDO O CÓDIGO DE BARRAS DA GUIA.

R\$ 49,91

Autenticação Mecânica



## Guia - Ficha de Compensação

Nº DA PARCELA	DATA DO DEPÓSITO	AGÊNCIA (PREF / DV)	Nº DA CONTA JUDICIAL
	25/02/2021	0	0
DATA DA GUIA	Nº DA GUIA		TIPO DE JUSTIÇA
25/02/2021	010210058434		ESTADUAL
UF/COMARCA	Nº DO PROCESSO		
	08089009220208230010		
RR	ORGÃO/VARA	DEPOSITANTE	VALOR DO DEPÓSITO (R\$)
	Vara Cível	RÉU	49,91
NOME DO RÉU/IMPETRADO		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ
SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A		Jurídica	09248608000104
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ
MANOEL DE SOUZA		FÍSICA	91506999204
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA			
E211BFEACB8C2B04			
CÓDIGO DE BARRAS			
866900000000 5 49910574106 4 02021031000 7 10210058434 5			